

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 172.ª Sessão Ordinária
Realizada em 4 de Outubro de 1971
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr Jose, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Marciano Baraniuk, Maurício Frust, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Arizone Araújo, Antônio Maciel (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Domicio Scaramella, Antônio Lopes Júnior, Emílio Carazzai, Fuad Nachi, Hélio Manfrinato, Leopoldo Jacomel, Odilon Reinhardt, Xenofonte Villanueva (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte:

EXPEDIENTE :

REQUERIMENTOS :

Requerimento

Senhor Presidente :

Requeiro, na forma regimental, a transcrição nos Anais da reportagem "A Petrobrás, do Nascimento à Maioridade", publicada na edição de sábado último, dia 2, no jornal "Fôlha de Londrina".

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1971.

(a) Alvaro Dias.

Requerimento

Senhor Presidente :

Requeiro, na forma regimental, a constituição de Comissão Especial, inte-

grada por 3 (três) membros, com a finalidade específica de estudar a criação de um instituto de previdência destinado a propiciar ao Deputado Estadual paranaense a assistência e o amparo de que até agora carecem.

A título de subsídio ilustrativo e exemplar, junto a este os diplomas legais que alicerçam o funcionamento do órgão equivalente já em atividade na Assembleia de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1971.

(a) João Mansur.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 223-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o Clube Cultural, Social e Recreativo "JUDIMA" — Juventude Dinâmica Mandaguaguense, com sede e fóro na cidade de Mandaguau.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1971.

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública, foi criada para congregar a mocidade de Mandaguau e tem por objetivo desenvolver atividades de caráter social, cultural e assistencial, dentro dos princípios éticos da civilização cristã, sem distinção de nacionalidade, raça, credo ou cor política.

Com essas altas e nobres finalidades, a "JUDIMA" tem prestado os mais relevantes e assinalados serviços à comunidade de Mandaguau, tornando-se, por isso, credora do aprêço e da consideração dos Poderes Públicos. Daí a razão deste Projeto, o qual, por considerá-lo justo, esperamos seja acolhido e aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 224-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual, autorizado a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a José Boiko, residente na Colônia Retiro, Município de Mandirituba.

Art. 2.º — Fica concedida, também uma pensão mensal no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Anna Boiko, esposa de José Boiko, residente na Colônia Retiro, Município de Mandirituba.

Art. 3.º — As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1971.

(a) João Mansur.

JUSTIFICATIVA:

José Boiko participou da Revolução de 1924 como integrante do 15.º Batalhão de Caçadores, aquartelado em Curitiba, à Praça da República, atualmente Praça Rui Barbosa, então sob o comando do coronel Napoleão Poeta Fontoura, defendendo, com risco de sua vida, os magnos princípios do ideais democráticos, conforme documentos anexos.

José Boiko nasceu a 27 de novembro de 1902, e sua mulher a 1.º de dezembro de 1910; conta atualmente 69 anos de idade e ela 61 anos. Agora,

ambos anciãos, não dispõem de qualquer recurso para manutenção, alimentação ou vestuário. José Boiko, há cerca de um mês, no corrente ano, sofreu um enfarte, ficando com o lado esquerdo paralizado; justo se torna que o Estado os ampare, a fim de que os pobres velhinhos possam comprar mantimentos e vestuário, pois os mesmos nunca pediram, a quem quer que seja, qualquer ajuda. Sempre labutara mna lavoura, mas agora, com a idade avançada e doentes, não têm assistência de nenhum Instituto de Previdência Social, pois nunca contribuíram, e não percebem qualquer pensão. Confiando nos meus ilustres Pares, espero se dê o necessário apoio ao presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Nesta oportunidade, quero designar uma Comissão composta pelos Deputados Armando Queiroz, Igo Losso e Sebastião Rodrigues, para introduzirem no recinto o sr. Emerson Ward, Supervisor dos Gideões para a América do Sul, e também consignar a presença do ilustre Deputado federal Túlio Vargas.

(É introduzido no recinto o sr. Emerson Ward)

Designo o Sr. Deputado Igo Losso para, em nome do Poder Legislativo, saudar o ilustre visitante, sr. Emerson Ward.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná é sumamente honrada, no dia de hoje, co ma presença de um homem conhecido internacionalmente pelo seu trabalho em prol da paz e compreensão entre os homens.

O sr. Emerson Ward aqui esteve há alguns anos atrás, quando teve a oportunidade de manter contacto com os Parlamentares de então e naquela ocasião dizer dos objetivos que o trazem à nossa bela Curitiba, ao nosso querido Estado do Paraná.

Hoje, aqui retorna com seu entusiasmo, com seu espirito jovial, com sua disposição de servir à humanidade, com sua disposição de colaborar para o soerguimento moral do povo de nossa terra.

Como já frisou o Presidente desta Casa, o sr. Emerson Ward é o representante do Comitê dos Gideões internacionais para a América Latina. Esta entidade, este organismo, atua no sentido de levar a todos os povos a mensagem de paz, de compreensão e de concórdia expressas dentro da Palavra de Deus, às Escrituras Sagradas, atendendo assim àquele apêlo, àquele ordenança do Grande Mestre Jesus: — “Ide, pregai o Evangelho a toda a tribo, língua, nação e povo”.

Eis porque os Gideões Internacionais estão espalhados em 88 países, levando esta mensagem, distribuindo o Livro Santo, distribuindo os Novos Mandamentos bilíngues e pátrios, para que assim todos sejam inteirados desta mensagem transformadora, desta mensagem extraordinária.

O Sr. Emerson Ward é um industrial que, às suas expensas próprias, tira dois a três meses no ano para percorrer os diferentes países e, em contacto com os seus liderados que são os Comitês Regionais, incentivá-los, estimulá-los a que realizem a obra. Aqui em Curitiba também o Comitê dos Gedeões Internacionais é composto por Juizes, Advogados, Professores, Vereadores, Deputados, enfim, cristãos de todas as categorias que se reúnem para somarem os seus esforços, a este grande trabalho. O princípio dos Gedeões Internacionais é aquele que é expresso na própria História de Gedeão, com um grande exército combatendo o maior de todos os exércitos da época, e sob a égide e a inspiração de Deus, conseguiu vencer a batalha. E dentro deste princípio, de que espiritualmente as grandes batalhas são vencidas pela qualidade e não pela quantidade, aqui em Curitiba um pequeno grupo luta, prima, para a implantação desse princípio nobre e, através da ação desses homens, desses Gideões Internacionais, o Livro Santo, as Sagradas Escrituras são disseminadas entre os elementos que integram as nossas gloriosas Forças Armadas, as autoridades Executivas e Legislativas, os hospitais, as

universidades e as escolas, visando com este trabalho criar uma elite intelectual de homens de bem e devidamente estruturada, para combater todas aquelas correntes que visam dissolver, que visam destruir o que existe de mais sagrado no coração e na mente humana, que é respeito a Deus, o respeito ao próximo e o trabalho constante em favor dos menos favorecidos, para que haja paz, tranquilidade e compreensão entre todos os povos.

Porisso, esta Assembléia Legislativa do Estado, que é uma Casa representativa do povo, recebe de braços abertos o sr. Emerson Ward, o digno Presidente do Comité para Curitiba sr. François Campos, e os demais membros que integram esta representação, fazendo votos de que aqui nesta Casa, onde se trabalha sob a égide e a inspiração de Deus, todos os Srs. Deputados — que tenho a certeza já estão — se integrem ainda mais e perfeitamente neste trabalho que é um trabalho nobre que, em última análise, representa um trabalho em prol de dias melhores para a nossa Pátria e para o nosso mundo. Portanto, os nossos cumprimentos ao Sr. Emerson Ward e os nossos votos de que aqui ele se sinta como se estivesse em casa. — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Emerson Ward, para que ele diga das suas finalidades.

O SR. EMERSON WARD — Boa tarde!

Eu estou feliz por estar aqui esta tarde, com os Srs. Deputados, e jamais esquecerei a minha visita do ano passado e encontrar o Deputado Escorsin e outros Srs. Deputados.

Realmente, pela primeira vez que eu experimentei o mate, foi aqui, no ano passado, e gostei muito do mate, mas, eu também amo o Brasil!

É a minha terceira viagem para o Brasil. De fato, viajei mais pelo Brasil do que nos Estados Unidos. Viajei de Manaus a Porto Alegre, encontrei muitas pessoas importantes no Brasil, e estou muito impressionado com a qualidade dos homens de Governo do Brasil. Nas últimas semanas, encontrei vários homens de Governo, como Rondon Pacheco, Hélio Prates da Silveira e outros, e estou muito feliz por ver o interesse que demonstram pela palavra de Deus. Venho hoje como um Embaixador. Os Senhores não de ler minhas credenciais — segundo Coríntios — Capítulo 5 — Versículo 26, de sorte que sou Embaixador da parte de Cristo. Como se Deus por nós rogasse, rogamos pois da parte de Cristo, que vos reconciliareis com Deus.

Não sou Embaixador dos Estados Unidos, mas de Jesus Cristo, mas quem é Jesus Cristo? A qualquer parte onde eu for, leio a palavra de Deus, não posso falar o português, mas posso ler um pouco, com a vossa permissão. Gostaria de ler o Evangelho de S. João — Capítulo 1. Há três anos jamais ouvira alguém falar o português, não lia em português também. Mas, na escola, comecei a ler exatamente nesta parte da Escritura. Li a muitos homens, a milhares de rapazes e meninas e a muitos militares. Gostaria de ler o seguinte aos Senhores, a que meu represento: No princípio era o verbo e o verbo estava com Deus, e o verbo era Deus. Ele estava em princípio com Deus, todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez.

O Versículo 13 vos conta: O Verbo é dos homens e habitou entre nós. Vimos a sua glória como a glória do unigênito, do Pai cheio de graça, como verbo, leio novamente o Versículo 1, com a substituição devida. No princípio era Jesus Cristo, e Jesus Cristo estava com Deus, e Jesus Cristo era Deus, ele estava o princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez.

Versículo 19 — Estava no mundo, e o mundo foi feito por ele. Jesus Cristo estava no mundo, o mundo foi feito por ele, mas o mundo não o conheceu, o mundo hoje ainda não o conhece. E assim estou contente, por estar aqui apresentando aos Senhores, uma parte da palavra de Deus. Vim ao Brasil em uma missão de paz, mas não uma espécie de paz que o mundo espera, não a paz do mundo de hoje.

Os Estados Unidos jamais poderão trazer paz, eles já perderam a paz. O Brasil também não pode trazer paz no mundo, mas haverá um dia quando Jesus Cristo governará a terra. Mas há paz hoje para o Brasil. Jesus Cristo disse: Minha paz não faltou. Não com o Mundo mas a que Eu vos dou. Foi um grande prazer estar convosco nesta tarde e falar-vos. Tenho uma grande responsabilidade em relação a vós. Tenho um grupo de gideões em minha cidade natal. Nós oramos pelo Brasil. Nós rogamos pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici. No ano passado nós prometemos orar pelos homens do Congresso em Brasília. Todos aqueles homens citados e que os Srs. não conhecem. Eles vieram e lhes entregamos os seus cartões e disseram: orem por nós. E nós oramos por eles e a cada um que abre o seu cartão prometemos que vamos orar por eles.

Os Srs. vêm que nós temos uma responsabilidade perante vós. Nós estamos obrigados a orar por Vós e em obediência a esta ordem, eu peço ao Sr. Francisco Campos para fazer esta oração aqui por Vós.

O Sr. Francisco Campos — Nosso Deus, nosso Pai aqui estamos reunidos falando em Teu Nome e nós temos agradecimento por esta graça, nós Te agradecemos por esta oportunidade de falar Contigo e rogamos a Vós por esta Augusta Assembléia, e nós Te pedimos neste momento que abençoes particularmente cada um membro desta corporação para que eles possam legislar, para que eles possam decidir coisas acertadas para o bem do nosso Estado e para o bem do Brasil. Que todos sejam inspirados por Ti e de tal forma que resulte nas suas decisões coisa boa para nossa Pátria. Tudo isto nós Te pedimos e agradecemos em nome de Jesus. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Casa sente-se honrada em receber o Sr. Emerson Ward e no instante em que V. Exa. nos cumprimenta, vamos suspender a sessão por cinco minutos para que V. Exa. ofereça aos membros deste Poder, um exemplar do Novo Testamento.

(É suspensa a Sessão por cinco minutos).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão. Prosseguindo os trabalhos, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, tendo em vista a minha inscrição no Grande Expediente, na Sessão de hoje, eu declino da minha inscrição no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Nessas condições, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Hóje tenho duas razões fundamentais para ocupar a Tribuna desta Casa. A primeira, talvez fôsse para refutar uma noticia tendenciosa, nogenia, imunda, partida do Canal 11 de Apucarana, que teve o propósito único de intrigar-me com a população de Campo Mourão.

Ocorre todavia que a explanação que eu já fiz aqui nesta Casa, que é de conhecimento de todos, a minha participação naquele evento e naquele lugar, foi muito bem explicado. Mas, o que me traz aqui, Srs. Deputados, ainda é o problema do cataclisma de Campo Mourão. Quero dizer aos Srs. de que forma vai evoluindo o nosso problema. Quero lhes informar, que na parte daqueles que possuem recursos, o problema está praticamente resolvido. Quero dizer também que na faixa daqueles que possuem propriedade mas que não possuem dinheiro, no ato, na emergência, através de crédito bancário, o problema também vai tendo solução. E, ainda hoje, eu e o Prefeito de Campo Mourão, estivemos no Banco do Estado, pedindo ao Presidente que dilatasse mais o prazo desse financiamento, porque todos eles eram feitos assim na base da norma comercial, do comum. Mas ocorre que outros bancos da cidade, Bradesco, e Banco do Brasil, passaram a fazer financiamento com prazo mais longo, na casa dos 6 meses. E foi exatamente isso que

nós fomos pedir ao Banco do Estado. E, imediatamente, na mesma hora, no mesmo instante, o Presidente do Banco telefonou de Campo Mourão, autorizando a agência daquela cidade, que fizesse os financiamentos com este prazo e que em casos especiais, podia ir até mais longe, dando melhores condições, àqueles que precisarem dos créditos bancários.

Mas, há um problema, Srs. Deputados, que nós não temos condições de resolver; pelo menos não temos condições a curto prazo; é na área daqueles que não possuem recursos. É a área dos humildes; é a área dos pequeninhos; aqueles que não têm condições de comprar, que não têm condições de resolver os seus problemas; apesar do recebimento que tivemos do Governador, de 50 milhões de cruzeiros; apesar do crédito especial aberto pela Prefeitura de 150 milhões de cruzeiros, nós ainda temos lá, sem solução, cerca de 400 casas de operários, de gente humilde, extraordinariamente humilde e nós não temos recursos, para solucionar o problema a curto prazo. Nós não temos dinheiro para fazer isto e nós chegamos à conclusão que é uma desumanidade que este problema continue desta forma. Daí eu vir a esta Tribuna, pela primeira vez, em quase 9 anos de mandato, fazer um apêlo aos Deputados do Paraná, à generosidade de cada um, ao coração de todos eles, para que, nesta emergência, estejam do nosso lado. Compreendam o nosso problema e nos deem uma pequena colaboração que não é para mim, não é para aqueles que possuem recursos na minha cidade, mas é para aquele que não têm e não podem comprar. Hoje peço — e estou fazendo pela primeira vez — pelo amor de Deus. É preciso que os Senhores tenham um pouco de piedade, porque não temos mesmo condições de atender cerca de 400 famílias que estão no desabrigo, ao relento, sem teto.

Irrei pedir de um a um e ficam aqui, desde já, meus agradecimentos, por antecipação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nenhum País pode se conformar em ser apenas produtor de matéria prima, exportador de poeira e em servir-se como caderado para o capital estrangeiro. Todo o País deve procurar sua independência econômica.

Ontem comemoramos uma data histórica, marco altamente positivo do desenvolvimento econômico de nosso País. A Petrobrás comemorou, ontem, dezito anos de existência, atingindo a idade adulta, atingindo a maioridade. Petrobrás que é sinônimo de desenvolvimento econômico, Petrobrás que é sinônimo de nacionalidade e brasilidade, Petrobrás que é sinônimo de progresso, que representa a pujança de um País.

E nesta ocasião não poderíamos deixar passar despercebida data de tão grande importância para nosso País. E não poderíamos, mais do que tudo isto, deixar de prestar a nossa homenagem àquele que foi o grande responsável pelo nascimento da Petrobrás no Brasil, o saudoso Getúlio Vargas. Foi no dia 6 de setembro de 1951 que Getúlio Vargas remeteu ao Congresso Nacional a Mensagem n.º 469, criando essa empresa de petróleo em nossa pátria.

Para configurar a nossa homenagem solicitamos ao sr. Presidente a transcrição em ata de excelente artigo publicado na "Fôlha de Londrina" no dia 2, sábado passado, de autoria do professor Hélio Duque, autor de livro adotado na Universidade dos Estados Unidos "Guerra do Café Solúvel". É um estudo dos problemas econômicos e escreve um relato completo, uma síntese histórica da Petrobrás, do seu nascimento à maioridade, com todos os acontecimentos que se relacionam com sua consolidação em nosso País. Gostaríamos apenas de prestar esta homenagem àqueles responsáveis pela Petrobrás no Brasil, especialmente Getúlio Vargas. A nossa homenagem neste instante não é dirigida ao autor do artigo, porque ele é conhecedor do respeito e da admiração que a ele devotamos, mas a nossa homenagem é dirigida àqueles que colaboraram e contribuíram para a edificação dessa Empresa, orgulho de nosso País, sinônimo de patriotismo, nacionalidade e independência. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre deputado João Mansur.

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Dois motivos me trazem à esta Tribuna, neste instante. O primeiro deles é dizer que recebemos — e tenho certeza que toda esta Casa vem acompanhando de perto o desenrolar dos acontecimentos ocorridos na semana passada, em Campo Mourão — recebemos, como dizia, atendendo o solicitado do nobre deputado Armando Queiroz, o sr. Prefeito Municipal daquele município, na manhã de hoje. E podemos dizer que sentimos de perto a extensão e a gravidade da calamidade ocorrida naquela cidade. Porque, estamos encabeçando uma lista de contribuição, modesta, de acordo com nossas possibilidades, mas, tenho certeza, irá minorar o sofrimento da gente humilde daquele município.

Porque, srs. Deputados, nós devemos estar irmanados, porque, em última análise, são irmãos nossos que estão sofrendo e precisam da ajuda de todos aqueles que têm responsabilidade, e portanto, devem ter o sentimento de solidariedade humana.

Outro assunto que me traz à Tribuna, nesta tarde, Srs. Deputados, é entregar à Mesa um trabalho que havia solicitado ao Presidente do IPALSC, Instituto de Previdência da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Porque, sentimos, através de diversos companheiros nossos, a necessidade de que nossa Assembléia também organize um Instituto nesses moldes. Porque todos que vimos à esta Casa temos a responsabilidade do mandato popular. E muitos de nós, numa reeleição, não conseguem voltar. E o que temos assistido, Srs. Deputados, muitos companheiros nossos que, abandonando sua profissão no interior do Estado, se deslocam para Curitiba, por força de seu mandato, com despesas muito maiores para manutenção de sua própria família e para sua representação. E, como disse de início, muitos não conseguindo sua reeleição, não conseguem voltar à esta Casa. E estamos assistindo, hoje, muitos ex-Deputados, em situação difícil. Razão porque quero fazer a entrega da Lei que criou o Instituto de Previdência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. E solicitaria à Comissão Executiva que nomeasse uma comissão composta de três Srs. Deputados para que fizesse um estudo para implantar aqui, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o nosso Instituto de Previdência, a fim de que não tenhamos, no amanhã, espetáculos como estes que estamos assistindo diariamente, de representantes do povo que vêm à esta Casa e por 4 anos empregam seu entusiasmo, a sua boa vontade e acabam, como nós ontem verificamos, em que os atuais Deputados subscreveram uma lista, para auxiliar um ex-colega que por duas legislaturas aqui esteve e agora não tem o necessário para pagar as despesas do hospital em que se encontra internado.

É preciso que os Deputados passem a ter o seu Instituto de Previdência, para que amanhã tenham dias tranquilos, para que depois de muitos e muitos anos no cumprimento do dever como representante do povo, tenham o futuro assegurado e garantido, pelo menos, o sustento de sua própria família. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Neste momento queremos abordar as atividades do Clube de Xadrês de Curitiba, instituição que funciona há 23 anos, indo já para o seu 24.º aniversário de fundação.

É uma instituição que se tem projetado por intermédio de seus elementos que, com seu espírito e sua boa vontade, representaram o Clube de Xadrês, conquistando para o Paraná títulos magníficos que são hoje inscritos nos Anais do Clube.

Foi fundado em 28 de janeiro de 1938. Dentre os seus sócios, destacam-

se altas personalidades, ilustres autoridades do Paraná, como o General Airton Pereira Tourinho, digníssimo Comandante da 5a. Região Militar, que defendendo o Clube de Xadrês, sagrou-se campeão por quatro vezes. Ainda hoje o General Tourinho é um dos membros ativos do Clube. No próximo dia 16 será efetivado um torneio em sua homenagem, pois é ele, desde os tempos de lenente, sócio emérito do Clube de Xadrês, Clube que foi reconhecido de utilidade pública, pela lei 4.898, de 7 de agosto de 1934, da Assembléia Legislativa do Paraná.

Seu trabalho foi enaltecido, foi louvado pela Federação Catarinense de Xadrês, que por ocasião do 4.º centenário do Paraná enviou voto de congratulações ao seu congênere do Paraná.

O seu atual Presidente, com grande garbo, é o Dr. Espiridião Peres, que tem tido um trabalho magnífico, louvável sob todos os aspectos como dirigente do Clube. Aquela instituição não tem fugido às suas responsabilidades, quando é solicitado para que abra suas portas para os clubes de Curitiba, do interior do Estado e de outros pontos do País.

Na Câmara de Curitiba já houve solicitação para que o xadrês seja incluído no currículo escolar. Queremos aqui também levantar nossa voz, para que o xadrês possa, quem sabe dentro de um futuro bem próximo, estar incluído no currículo escolar, porque é realmente um esporte que constrói, um esporte que tem sido uma grande arma para a construção de mentes sadias, de mentes que possam, realmente, servir como instrumento do bem estar da comunidade brasileira.

Segundo pesquisas, o Clube de Xadrês de Curitiba é um dos mais bem aparelhados em todo o Brasil. Sua sede funciona na Rua XV de Novembro n.º 266, 9.º andar, Edifício José Loureiro.

Queremos, Sr. Presidente. Srs. Deputados, dizer, que apesar dos bons serviços que vem o Clube de Xadrês prestando, lamentavelmente, não vem ele contando com a atenção necessária dos poderes públicos competentes. Este Clube, até hoje, não foi brindado com nenhuma verba oficial para que pudesse, quem sabe, incrementar torneios e competições. O Clube de Xadrês fica a mercê de maior incentivo e de maior calor humano. Neste momento, defendemos a necessidade primordial de que o Clube de Xadrês de Curitiba, um dos melhores do País, melhor incentivado pelos poderes públicos possa, quem sabe, dentro de pouco tempo, se tornar num Clube onde os pais possam mandar seus filhos sem aquela preocupação de que seu filho, quem sabe pelas companhias, esteja sendo levado para o mau caminho.

O Xadrês é, realmente, o esporte que constrói. Fazemos um apêlo às autoridades, da mais humilde até a mais superior, que dêem seu apoio ao Xadrês. Ainda há poucos dias vimos o Presidente da República, no Rio Grande do Sul, entregar ao povo o Torneio Presidente Médici. Assim sendo, encarecemos a necessidade que todos no Brasil juntos venham dar ao Xadrês aquele instrumento para que ele seja incluído no currículo escolar. (Sem revisão od Orador).

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que o tempo que dispunha, lamentavelmente, está esgotado.

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tem muita razão o deputado Armando Queiroz quando fala sobre as proporções da catástrofe que atingiu a região de Campo Mourão e alguns Municípios vizinhos.

Não é este o motivo que me traz a esta Tribuna, porque S. Exa. vem expondo, muito bem, sua tese, defendendo-a com muita fidalguia, como autêntico representante do povo. Desnecessário, portanto, seria que fizéssemos, paralelamente, a mesma campanha. Estamos aqui para dizer que estamos solidários com a campanha que S. Exa. encetou.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).
Estou sabendo também que a região do Município vizinho, de Araruna, sofreu pesada e duramente com essa catástrofe já relatada por nós.

Por este motivo, venho pedir licença aos Deputados que estão assinando esta lista, para que destinem uma porcentagem de 25% para a Prefeitura de Araruna para que possa ela atender a população de Araruna.

Era este o apêlo que queria fazer agradecendo, desde já, a todos aqueles que estão colaborando. Muito obrigado!

O SR. PAULO POLI — V. Exa. não só objetivou muito bem o assunto como sugeriu que fizéssemos outra lista. Acharmos isto desnecessário porque este percentual irá atender, em parte, também, aquele povo porque todas as casas da cidade de Araruna, todas sem exceção ficaram completamente destruídas, toda a população ficou ao desabrigo.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, eu também já senti na minha região, em época passada, uma tragédia que se desferiu, porque como V. Exa. sabe, Curitiba, Sapopema, essa zona toda foi vítima de um incêndio pavoroso, e naquela ocasião nós sentimos como valioso é poder receber donativos, é poder ser atendido, é poder ser arrimado. De modo que, há pouco eu atendia o apêlo que o deputado Armando Queiroz fez nesta Casa, assinando aquela lista, e devo dizer a V. Exa. que com muita honra e muita satisfação de poder ser útil num transe como este. Eu concordo perfeitamente que esse percentual seja descontado daquela importância, para Araruna.

O SR. PAULO POLI — Muito obrigado.

Como vê, foi um lapso inicial quando o nobre deputado Armando Queiroz se empolgava em sua oratória brilhante e objetivava somente Campo Mourão e um reparo que eu fiz do Plenário. Esse assunto está sanado e a solução é ótima. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o assunto que me traz na tarde de hoje a esta Tribuna, é um assunto de natureza político-partidária, e antes de abordá-lo, e para isso eu chamarei a atenção dos meus nobres pares pela delicadeza do assunto, inclusive do nosso eminente Líder, eu neste instante estaria assim falando em meu próprio nome, não como Vice-Líder do Governo, esplanando o meu ponto de vista.

Entendi-me com o eminente Líder da oposição, deputado Nivaldo Krüger, e disse a Sua Excelência que permitisse que se tratasse de um assunto doméstico, partidário, interno, desta Tribuna, porque nem sempre há tempo de, em reuniões se abordar um assunto de tamanha delicadeza. O Líder do MDB aquiesceu que se tratasse desta Tribuna, um assunto que deveria ser tratado na sede da ARENA.

Mas é o seguinte, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Nós, enquanto percorriamos o Interior do nosso Estado principalmente estas cidades e as pequenas propriedades agrícolas atingidas por esta catástrofe, ouvíamos rádio e, em alguns lugares assistíamos também a televisão; sentimos, pelo noticiário, que estaria de certa forma próxima, iminente, uma possível crise dentro da Aliança Renovadora Nacional.

Há poucos anos passados nós ocupávamos esta Tribuna, e prevendo um despecho talvez desagradável ao nosso Partido, e propunhamos, naquela ocasião, o que pretendemos propor hoje à nossa bancada, muito embora não solicito aos Srs. Deputados que de imediato tomem posição, mas, que pensam amadurecidamente na proposta que pretendemos fazer. Pretendíamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, meus nobres pares da Aliança Renovadora Nacional, que a Presidência da ARENA permanecesse, como sempre foi, em mãos de um Deputado Estadual.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Antes que V. Exa. se estenda mais nas considerações que vem fazendo, eu quero dar a minha opinião e o meu ponto de vista pessoal sobre o assunto, porque V. Exa. havia dito anteriormente que se esboça uma crise no seio da Aliança Renovadora Nacional, uma crise política. Eu quero dizer que estou de pleno acôrdo com V. Exa. e, se me mantive calado até aqui, se ainda

não abandonei a ARENA neste Estado, é porque como brasileiro e como representante do povo pelo Partido da Revolução, eu me sinto tolhido em fazê-lo, pela extraordinária figura humana do grande Presidente Emílio Garrastazu Médici e de seu magnífico Ministério que com raras exceções, têm dado uma contribuição enorme à paz, ao progresso, à tranquilidade e ao desenvolvimento da Nação brasileira.

Em um simples aparte, seria impossível enumerar aqui, tudo o que este grande Presidente tem feito pela Nação, secundando as magníficas obras de Castelo Branco e Costa e Silva. Mas Emílio Garrastazu Médici, pela abertura política que proporcionou ao povo brasileiro, pelo humanismo de seus atos, pela simpatia pessoal, pela magnitude que tem influenciado a tantos e tantos brasileiros a trabalhar cada vez mais pelo progresso da Nação, isto para mim, se constitui ao lado de Castelo Branco e Costa e Silva, como os Presidentes responsáveis pela redenção econômica do povo brasileiro, da nossa grande Nação.

Eu acho que seria deslealdade à administração futura, se nós naquele prazo de opção, abandonássemos a ARENA. Todavia, no Paraná, não estamos mais à vontade dentro do partido da revolução e dentro do partido situacionista, por isso a tese de V. Exa. é importantíssima por dois aspectos. Primeiro, para que este Poder saia politicamente fortalecido, embora esta Casa componha mais um grande partido que é o MDB, mas a Presidência da ARENA entregue a um deputado Estadual, seria o fortalecimento deste Poder Legislativo, tão enfraquecido perante o Governo Estadual, nos dias atuais.

Mas necessário se faz, nobre deputado Paulo Poli, se vitoriosa a tese de V. Exa., que leva a desejar a minha adesão, necessário se faz, que se escolha um Deputado que tenha vergonha na cara, hombridade e coragem para defender os seus companheiros, quando humilhados e pisados pelo Poder Executivo. Que tenha a coragem de chegar ao Palácio Iguazu, e dizer ao Governo do Estado, que ele como um Governador da ARENA, não pode pisar em cima dos companheiros impunemente. Que todos nesta Casa, têm o mesmo direito porque foram escolhidos pelo povo num pleito livre e democrático. Somos representantes de uma mesma massa que é o povo paranaense. Portanto, temos que nos fazer ouvir, quando levamos ao Governo as reivindicações justas do povo paranaense. Que não se coloque na direção da ARENA, um covarde dizendo "amem" à todas as decisões governamentais, então estarei em gênero, número e causa, com a tese de V. Exa., desde que o homem que ocupa a Presidência da ARENA, saiba defender os seus companheiros partidariamente, como um partido de revolução, partido que foi criado para dar apoio à grande obra administrativa e redentora da revolução brasileira. Era o aparte.

O SR. PAULO POLI — Como vê V. Exa., a tese é realmente muito delicada. Necessário se faz, que haja coragem em abordá-la.

Mas para ilustrar um pouco o nosso ponto de vista, eu citaria o exemplo do Paraná, sob o ponto de vista administrativo, o que representa ao Governo Federal. Eu perguntaria a esta Casa: o Paraná, que é o segundo Estado da Federação, se tem junto ao Governo Federal, um Ministro sequer. E muito menos um Diretor de Departamento, não tem, do Paraná. E porque? nobre Deputado Erondy Silvério? Porque o Paraná não quis se impôr no Diretório Nacional da ARENA. O Diretório Nacional da ARENA, está entregue a São Paulo e ao Rio Grande do Sul, porque os Deputados Federais, os Senadores, daquele Estado deixam a retaguarda com seus companheiros e lutam dentro da esfera federal, porque é preferível que os elementos do Paraná sejam 1.º Secretário, 3.º Vice-Presidente da Arena Nacional do que venham a ser Presidente da Arena Estadual. Eu continuarei, mas tem o aparte V. Exa. nobre deputado.

O Sr. Alvaro Dias — Não pretendo me intrometer em problema doméstico do seu Partido, mas aproveito a oportunidade dêsse aparte para cumprimentar o deputado Erondy Silvério neste instante, quando acaba de mostrar to-

tal independência em sua atuação. A independência que falta em muitos dos homens que exercem atividade política, para a independência que vem forte ao Poder Político. Somos de uma bancada pequena, mas independente, completamente independente, onde os seus membros agem de conformidade com a sua consciência, seu pensamento. Gostaríamos que essa fosse a conduta de todos os integrantes também do Partido situacionista. A denúncia neste instante pronunciada pelo deputado Erondy Silvério de que o Governador do Estado está a pisotear sobre elementos do seu próprio Partido, é grave, não no sentido partidário, mas num sentido de Estado, no sentido de Paraná, porque a mesquinha, a perseguição vem a ele para tentar justificar o que quer que seja, somente pode trazer prejuízos os mais extraordinários, os mais danosos para o interesse da coletividade de um Estado. Estamos a lamentar desde o início deste ano legislativo que fatos como estes venham a acontecer, quando se deixa de lado o trabalho interessado, o trabalho alicerçado pela paz, pela harmonia, para se procurar, através do ódio, da vingança, diminuir a potencialidade deste ou daquele Poder. Nobre Deputado, sei que V. Exa. tem pouco tempo a falar, pois deseja ceder ao Sr. Deputado Muggiati Filho os últimos minutos do Grande Expediente. Teremos oportunidade de dialogar com V. Exa. sobre o mesmo assunto em outra ocasião. Agradeço o aparte.

O SR. PAULO POLI — Mais uma vez este jovem brilhante mostra, através da intervenção que fez, a grande inteligência que domina este jovem cérebro, eis que com tóca a delicadeza que o caracteriza aproveitando, talvez desviando um pouquinho o pensamento do eminente deputado Erondy Silvério, estaria colocando algumas pedras no caminho do Deputado orador que ocupa esta Tribuna. No entanto, de qualquer forma, ou de qualquer maneira, eu agradeço imensamente a intervenção do eminente, do ilustre, do inteligente Deputado do MDB, que tanto tem enaltecido os debates dentro desta Casa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, terei o devido cuidado, antes de falar da Tribuna, e repito em meu próprio nome, e observei, para que não se fique elogiando a quem quer que seja, observei que os três Senadores arenistas já foram lançados como candidatos à Presidência da Arena Paranaense.

Pois bem, se todos os três nomes já foram cogitados para a Presidência da Arena Paranaense, é claro que quero deixar bem claro, que eu não tenho prevenção contra nenhum em particular. Se todos os três nomes não tivessem sido citados eu não estaria aqui agora, levantando esta tese mas como há três nomes que foram citados pela imprensa, principalmente pela "Fôlha de Londrina", eu me sinto à vontade para defender uma tese de que não estou contra ninguém...

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO POLI — Nobre deputado Erondy Silvério, eu darei o aparte com muito prazer, mas tenho um compromisso com o deputado Muggiati Filho e vou dar a S. Exa. os 15 minutos. Isto pôsto, é com prazer que eu dou o aparte a V. Exa.

O Sr. Erondy Silvério — Apenas para dizer que eu desta vez não estou de acordo com V. Exa. Não estou de acordo, que se entregue a direção da Arena ao Senador que representa o Paraná no Senado da República.

O SR. PAULO POLI — Estou defendendo esta tese. Eu defendo esta tese. O Sr. Erondy Silvério — Estou com a tese de V. Exa. Acho que os Senadores devem, por exemplo, Ney Braga foi lançado há poucos dias na Casa, pelo nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, como um dos candidatos à Presidência da Arena Nacional. Refuto a tese. O Senador Ney Braga deve lutar pelo Paraná lá em cima, para onde foi eleito. O povo paranaense escolheu o Sr. Ney Braga, Matos Leão e Accioly Filho, na esfera Federal. Mas na Arena paranaense, não; estou de acordo com a tese de V. Exa.

O SR. PAULO POLI — E continua a mesma. Só que V. Exa. não entendeu. Eu disse que me sinto à vontade; não estou em especial contra ninguém; porque os três foram lançados; eu estou contra os três. Agora, se eles não tivessem sido lançados, dir-se-ia que Paulo Poli está contra a candidatura de

Ney Braga, ou contra a candidatura de Accioly Filho ou contra a candidatura de Mattos Leão. Não estou contra ninguém; estou a favor de uma tese, que estou defendendo desta Tribuna, a de que a Presidência da Arena deveria ser entregue a candidatos estaduais. O Deputado Mattos Leão era estadual. Defendi esta tese e continuo defendendo, de que deve ser entregue a um Deputado Estadual; este o meu ponto de vista particular, sem consultar a liderança que tanto respeito e considero, levarei este assunto à reuniões internas; estou lançando meu ponto de vista particular.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre deputado Paulo Poli, quero cumprimentar V. Exa. quando levanta a tese de que nós devemos lutar para que a presidência da Arena Estadual deve ser entregue a um Deputado Estadual.

Não que os Deputados Federais e Senadores, que estão representando nosso Estado na Câmara Alta não tenham condições; não estejam afinados com o nosso partido. Mas dada a distância que nos separa, talvez seja muito mais difícil para eles poderem viver mais de perto os problemas do nosso partido. De modo que endosso a tese levantada por V. Exa. de que a Presidência do Diretório Estadual da Arena deve ser entregue a um Deputado Estadual; Deputado que venha e que realmente tenha vigência permanente do nosso problema. Respeito a posição. Tenho conhecimento de que a Bancada Federal está se movimentando neste sentido e, se não me engano, o deputado Túlio Vargas se encontra nesta Assembléia tramando neste sentido. Respeitemos os nossos companheiros que estão advogando a Presidência do Partido para um Deputado Federal, mas quero me incorporar a esta luta por um Deputado Estadual. O que estranhemos é a manifestação do Deputado Erondy Silvério, quando diz que o sr. Governador está usando de tratamento discriminado para com Deputados da ARENA. Não temos conhecimento e achamos que o Deputado Erondy Silvério labora em equivoco porque todos os Deputados têm o mesmo tratamento por parte do sr. Governador.

O SR. PAULO POLI — E as mesmas oportunidades.

Nobre deputado João Mansur V. Exa. tem um comportamento impar dentro desta Casa, eis que há poucos instantes abordou um assunto de suma importância, em que necessário se faz que haja um pouco de coragem, desde que se trata de matéria tão delicada. No instante, V. Exa. atendendo ao nosso apelo, está se desincumbindo bem desta tarefa.

E neste episódio em que falava em meu nome pessoal, vejo que V. Exa. entendeu meu ponto de vista, de acordo com a intervenção de V. Exa.

V. Exa. arguiu que os eminentes Deputados Federais têm o problema da distância, mas veja, nobre Deputado João Mansur, o próprio mandato do Deputado Federal lhe dá o direito de disputar no Diretório Nacional. Eis que, se tratando de Deputado Federal, militam na esfera federal, direito que não temos. O único direito que temos é de militar politicamente dentro de nosso Estado. Não podemos disputar cargo na esfera federal e para o Paraná, nobre Deputado, nada melhor que o nobre deputado Túlio Vargas, político inteligente que tem se revelado tão bom em favor do Paraná, nada melhor que S. Exa. gastasse este tempo e esta saliva na Bancada Federal, pleiteando a vaga no Diretório Nacional, a exemplo do que fez o Senador Ney Braga, quando pleiteou a 1a. Secretaria no Senado. A exemplo do Deputado Federal Alípio Ayres de Carvalho, quando pleiteou a 4a. Secretaria ao Paraná.

Esta é a missão do Deputado Federal. Portanto, Deputado João Mansur, nós, que pela Constituição vigente pouco representamos, que pela Constituição que aí está pouco podemos fazer, não podemos abdicar deste direito legítimo, autêntico e quero dizer, alto e bom som que não tenho nenhuma restrição a quem quer que seja dentro desta Casa. Não tenho restrição a um nome sequer para que venha este cidadão a disputar a Presidência da ARENA paranaense.

Quero deixar registrado que qualquer nome que se apresente, com o apoio da maioria dos companheiros, desde que seja Deputado Estadual, terá o apoio, terá o voto de nossos delegados, porque estaremos sempre no interior para

fazer filiação do Partido e vou consultar os Delegados que irão votar segundo nosso desejo e nossa solicitação. Não vejo por que, como cordeiros, iremos entregar este direito legítimo, autêntico, da Assembléia Legislativa do Paraná.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte (Assentimento). Nobre deputado Paulo Poli, já disse de início que entendia perfeitamente e me incorporava a este movimento. Visto que V. Exa. é que traz o problema, poderá sensibilizar o sr. Governador, levar ao Governador do Paraná, Haroldo Leon Peres, que é, hoje, nosso comandante político, a fim de que S. Exa. sinta a necessidade de precisarmos, na Presidência de nosso Partido, de um elemento que esteja em contato permanente não só com o Governo do Estado, mas com todos os Prefeitos, Vereadores e Diretórios municipais, para que nosso Partido possa, realmente, prestar o serviço que o Paraná necessita.

O SR. PAULO POLI — Tem razão o nobre Deputado João Mansur, Líder de nossa bancada. Por impedimento de ordem legal, o sr. Governador do Estado não pode presidir o Partido a que pertence. Ele está impedido.

De modo que fazer uma consulta ao Sr. Governador, nesse sentido, seria interessante.

Não obstante, nobre Deputado João Mansur, pretendo fazer um apêlo a V. Exa., embora tivesse esboçado, inicialmente, esta idéia, devo dizer que seguiremos a bandeira de V. Exa., como temos seguido sempre V. Exa.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento); V. Exa. está sendo apartado por mim apenas porque gostaria de dizer que nosso ex-colega deputado Túlio Vargas, hoje representando o Paraná com dinamismo que lhe é peculiar, na Câmara Federal, S. Exa. não está, em absoluto, articulando candidatura alguma. Apenas faço esta ressalva, porque S. Exa. se sentiu constrangido em ver seu nome, neste momento, comentado como se estivesse articulando sua indicação.

É essa explicação que gostaria de fazer em nome do nobre deputado Túlio Vargas.

O SR. PAULO POLI — Agradeço a explicação de V. Exa., muito embora não tenha eu afirmado que era esta a missão do eminente Deputado Túlio Vargas, nesta Casa. Mas, devo dizer que sempre fui grande admirador do nobre Deputado que, por tanto tempo foi Líder da ARENA e soube se conduzir com muita fidalguia e sempre decidindo bem os problemas mais delicados.

Aproveito a oportunidade para dizer que aceito a idéia do nobre Deputado João Mansur, que se transmite aos nobres Deputados Federais do Paraná, que merecem todo nosso respeito e nossa admiração, o nosso apêlo para que lutem para conseguirem a Presidência do Diretório Nacional da ARENA.

Alguém disse, não sei se o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, porque não estava nesta Casa, que o nobre Senador Ney Braga seria candidato à Presidência da ARENA Nacional. Ora, tanto o sr. Ney Braga, como qualquer outro dos senadores paranaenses, terá o nosso apoio, e, creio, o de nossos companheiros.

Portanto, não vejo porque os paranaenses não devem disputar a Presidência Nacional da ARENA.

O que não me conformo, o que não posso aceitar, é essa luta desigual. Gostaria que as iniciativas viessem de cima para baixo e que não trouxessemos, aqui, numa bandeja, nomes para votar em colegas que representam, em outras áreas, o Paraná.

Portanto, chamo a atenção dos nobres Deputados para que se manifestem, de imediato.

Estou chegando do Interior, não conversei com S. Exa. o Sr. Governador, vim exatamente por isso, para lançar este nosso ponto de vista. A tese é delicada, mas importante. Os Deputados Estaduais da Aliança Renovadora Nacional do Paraná sem se aperceberem da importância e de delicadeza dessa matéria, partidão todos irmanados defendendo essa tese, que é a de que a Presidência da Aliança Renovadora Nacional continue nas mãos de um Depu-

tado Estadual, porque, repito, é uma tese que já vingou e defendemos desta Tribuna, quando S. Exa. o Sr. Senador Mattos Leão era Deputado Estadual. E o resultado aí está, S. Exa. com bastante equilíbrio, com bastante prudência, convivendo diuturnamente conosco, aqui distribuiu justiça, e trouxe a paz dentro do Partido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, repito, é a única maneira de pacificar a ARENA do Paraná, se vingar essa tese.

Quero dizer também que me sinto sensibilizado, agradecido, pelo eminente Deputado João Mansur, de pronto, de imediato, tomar essa posição. Realmente, não acreditava que S. Exa. se manifestasse tão rapidamente em favor da tese que defendemos. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Antes de encaminharmos à Mesa o requerimento que temos em mãos, gostaríamos de fazer dois registros: o primeiro dêles, com referência a presença nesta Tribuna, do eminente Líder da maioria desta Casa, Deputado João Mansur e dos Srs. Armando Queiroz e Paulo Poli. O primeiro, fazendo referência, para que seja objeto de elaboração legislativa, à previdência social dos Deputados estaduais, o que, em caráter pessoal não em nome do Partido que temos a honra de representar nesta Casa, expressamos a nossa plena anuência, de vez que a Câmara Federal, através do Instituto de Previdência dos Congressistas, já mantém naquele plano a legislação pertinente.

Com referência ao problema de Campo Mourão e Araruna, abordado pelos segundos seria plenamente dispensável que deixássemos registrado aqui, porque já o fizemos através de aparte, a nossa inteira solidariedade àquelas prosperas comunas de Campo Mourão e Araruna, assoladas pela violência das chuvas de pedra.

Em segundo lugar, politicamente falando, entendemos que nessa fase em que se procura no País um rumo definido para a democracia brasileira cogitar-se numa Assembléia Legislativa, seriamente, do problema político partidário, entendemos que seja plenamente válido. Não pode no caso nos interessar, é claro, o mérito da questão, mas quando se aproximam as datas das eleições dos Diretórios Municipais, já previstas para janeiro de 72, com a movimentação dos Diretórios Regionais, quer nos parecer de grande importância para o povo brasileiro ficar sabendo o pensamento político de seus representantes.

De modo que, cogitar-se, aparentemente, de um programa de Partido Político, principalmente quando este Partido é o da situação, entendemos que isto possa significar um avanço na vida democrática brasileira traduzindo-se, tal fato, que os sistemas de Partidos ou o Partido que tinham dono, os Diretórios que eram considerados, em muitos Partidos, propriedade particular não haverá de vingar nos dias atuais.

É escusado dizer que o Movimento Democrático Brasileiro que possui muito menos Diretórios Municipais que a Aliança Renovadora Nacional, por motivos óbvios, cujas deficiências tem procurado suprir, tudo vem fazendo com que as eleições de seus Diretórios se façam da maneira mais democrática possível. É fácil antever que a vida dos Diretórios constitui, hoje, o ponto básico da vida política brasileira. Se quisermos ter vida política moralizada, a moralização terá, naturalmente, que começar pela base política, que são os Partidos representantes das facções existentes.

Vou encaminhar, sr. Presidente, à Mesa um apelo ao Governo da União. Sobre esta matéria, debateram o assunto nesta Casa, há poucos dias, vários dos Srs. Deputados, ressaltando a inoperância do Departamento de Assistência Social face aos percalços encontrados nos estabelecimentos hospitalares existentes. Chegou-se a admitir, nesta Casa, que o caminho mais certo seria a extinção desse Departamento de Assistência Social.

Queremos deixar registrado que somos contrários a esta idéia, não porque seja esta a atribuição da Casa, mas porque no momento em que os necessitados se debatem com a ausência, em muitos casos, da assistência médica hospitalar, somente quando isso possa significar uma solução adequada para o problema. Esses serviços, nós entendemos que seriam oportunamente então extintos, mas extingui-los apenas porque existe a possibilidade de melhores execuções dessas tarefas, desses atendimentos, nós entendemos que possa representar — data vênua de opinião melhor — uma fuga ao problema.

O Hospital das Clínicas em nossa cidade, que pertence à Faculdade de Medicina, deve prestar ao povo serviços médicos hospitalares de grande monta; entretanto, ao contrário do que acontece no Estado de São Paulo, para citar um exemplo apenas, onde não raro pessoas até de nosso Estado são atendidas, e aquele hospital funciona com toda a sua capacidade, em nosso Estado, em nossa Capital, o Hospital das Clínicas executa apenas 1/3 daquilo que lhe é possível desempenhar, no cumprimento de suas atribuições, não por culpa do Departamento de Departamento Social da Assembléia, nem do Departamento de Assistência Social do Estado, nem da Reitoria da Faculdade do Paraná, nem da Direção da Faculdade de Medicina, muito menos da Direção do próprio hospital. Ele funciona de acordo com as verbas que ele possui, e se as verbas que são concedidas, essas dotações apenas permitem que o Hospital mantenha em funcionamento 300 leitos, ele não pode estender esse atendimento a 900 leitos. Então nesse caso, quer nos parecer que a solução seria o Governo Federal dar melhores dotações orçamentárias ao Hospital de Clínicas em Curitiba.

Está vasado nos seguintes termos, um requerimento que encaminho à Mesa, nesse sentido, deixando-o à deliberação do Plenário. (Lendo)

“REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Esta Casa tem assistido a debates realmente importantes em torno do grave problema de assistência médica e hospitalar aos necessitados, notadamente aos doentes procedentes do interior do Estado.

Da discussão do assunto, revelou-se que o Serviço de Assistência Social da própria Assembléia Legislativa, a cada dia que passa, mais se distancia da solução de tão grave problema, mesmo porque, este Poder é reconhecidamente carecedor de tais atribuições. Mas, a relevância do problema, que afeta toda uma Sociedade, não pode ser analisada sob o prisma estritamente legal e, no caso, o valor Social propriamente dito se coloca acima de qualquer outro.

Dai entender-se que esses serviços assistenciais devem merecer a melhor atenção dos governantes, inclusive da própria Casa de Leis, até que o País atinja o objetivo preconizado pela legislação já existente, de colocar a massa operária das cidades e dos campos, inclusive os desempregados, sob o abrigo da Previdência Social.

Revelou-se, outrossim, que o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, funciona reduzido a um terço de sua capacidade efetiva. O que vale dizer que, dos 900 (novecentos) leitos de que é constituído o hospital, apenas trezentos têm condições de atendimento. E o que motiva tal insuficiência é a ausência de verba.

Por onde se vê quão grave é o problema: de um lado se cogita da construção de hospitais e, de outro, onde existem os leitos, o hospital — por falta de verbas necessárias — é fracionado ao mínimo de sua capacidade.

Oportunamente, visto que se encontra em elaboração legislativa o futuro Orçamento da União, o Deputado infra-assinado pede que, ouvida a Casa, seja feito apelo veemente ao Exmo. Sr. Presidente da República, no sentido de que o Hospital das Clínicas do Paraná seja dotado das verbas necessárias ao seu integral funcionamento e passe a contar efetivamente com novecentos leitos para o cabal cumprimento de seus elevados objetivos, enviando-se có-

pias do presente aos eminentes Líderes das Bancadas da ARENA e do MDB paranaenses no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1971. ...

(a) Muggiati Filho."

O Sr. Nivaldo Krüger — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V.Exa. aborda um dos assuntos que vem preocupando sobremaneira, os Deputados desta Casa, e de forma especial, ao nosso partido, o MDB, sempre voltado aos problemas humanos, sempre voltado ao aspecto social da vida do nosso povo. É a oportunidade do requerimento de V.Exa. se evidencia mais, no momento em que se elabora o orçamento do Estado, e se dota neste Estado do Paraná para a Saúde apenas, 48 mil cruzeiros. Um percentual de apenas 2,6% do Orçamento do Estado; evidencia-se o descaso que os homens do governo, do partido da situação, dão a este aspecto da vida do nosso povo, a Saúde. E parece que este aspecto é uma característica dos homens que governam o Estado e a Nação. Veja V.Exa. ilustre deputado Muggiati Filho, enquanto o nosso povo perambula pelas ruas sem recursos, aqui na porta da Assembleia vemos, às vezes, centenas de pessoas a se acotovelaem em busca das migalhas que sobram. O Hospital de Clínicas, um prédio grandioso, sem leitos, e o Orçamento da União por coincidência nas minhas mãos neste instante, vem diminuindo o percentual para a Saúde. Ilustre Deputado Muggiati Filho, isto é de causar surpresa, justamente quando se fala em desenvolvimento em nosso País, desenvolvimento não simplesmente cifra de conhecimento econômico de algumas empresas, desenvolvimento é bem estar do povo. E quando para o bem estar do povo, dota-se em 69 o Orçamento da União, com 2,5%, em 70, 1,7 em 71, 1,1 e agora em 1972 apenas 0, (zero virgula) nenhum por cento, veja V.Exa. a necessidade de uma reformulação no conceito de assistência em nosso País. É preciso que os recursos que provêm do povo, sejam destinados em benefício do próprio povo. O que não está sendo feito pelos homens do Governo. Que não sejam amanhã, acusados de omissão. Quero me solidarizar pela iniciativa de V. Exa. que está bem de acordo com os princípios e o programa do MDB. Era preciso que o povo do Brasil, sentisse isso, que o povo paranaense sentisse quem realmente, está se interessando por este mesmo povo. Nós aqui, uma bancada pequena, que não tem condições de alterar o quadro das coisas, devemos lutar, e temos certeza que teremos o sustentáculo e o apoio dos Srs. Deputados da ARENA, para alterar este quadro de indigência para a Saúde do Paraná, com apenas 2,6 do Orçamento destinado à Saúde.

Era o aparte.

O SR. MUGIATI FILHO — É uma honra para mim, conceder o aparte a V. Exa., ilustre Líder, e não causou surpresa mesmo porque, aqueles pontos fundamentais do Orçamento do Estado, têm sido abordados por V. Exa. quase com frequência, desta tribuna. E não sem oportunidade, mas ao contrário oportunamente, porque o orçamento do Estado assim como o Orçamento da União, são talvez as leis mais importantes que se possam elaborar e que dizem respeito ao interesse direto e imediato do povo e a sua conduta na sociedade. Eu agradeço ao nobre Deputado o aparte que nos deu recebendo, como um valioso subsídio ao meu requerimento. Já estou terminando. Agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, a valiosa atenção. (revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passe-se a

— ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, peço verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário a chamada nominal para verificação de quorum.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 22 Srs. Deputados.

Há quorum para discussão da matéria.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32-69, de autoria do Dep. Pinto Dias, que autoriza a Produção e Aquisição de Sementes de Algodão em todo o território Nacional, pelas cooperativas legalizadas, proibindo a cessão ou revenda a terceiros pelos cooperados e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 231-69, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade denominada Monte Real, Município de Sto. Antônio da Platina, um Ginásio Estadual, para funcionar no próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Encerrada a discussão.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-69, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino Técnico Comercial de Grau Médio, para funcionar a partir do próximo ano. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 182-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Itambé, um estabelecimento de Ensino Técnico Comercial, de grau médio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em setembro de 1969.

(a) Dep. Túlio Vargas.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Itambé, fértil e florescente região do Estado, conta com um apreciável contingente estudantil.

É bom que se diga, por outro lado, que aquela área do Estado ressen- te a falta de um Estabelecimento Técnico daquela natureza.

O Poder Público deve se preocupar, de maneira efetiva, com a difusão de cursos técnicos para atender o mercado de trabalho que a cada dia cresce mais.

As razões ora expendidas justificam plenamente a apresentação do presente plano de lei, o qual, esperamos, seja acatado por nossos ilustres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 182/69

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino Técnico Comercial, de grau médio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

P A R E C E R

Objetiva o nobre Deputado Túlio Vargas, através da presente proposição, autorizar o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Itambé, uma Escola Técnica de Comércio, de grau médio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2) Dita proposição vem articulada e devidamente justificada, atendendo determinação contada no Regimento Interno.

Trata-se de mera autorização, não ferindo, por via de consequência, qualquer disposição de ordem constitucional e legal. Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

Isto pôsto, somos pela aprovação do plano de lei em exame.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1969.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Olivir Gabardo — Relator

Paulo Poli — vencido

Silvio Barros

Luiz Renato Malucelli

Roberto Wypych

Haroldo Bianchi

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 182/69

I — O Projeto de Lei em exame autoriza o Poder Executivo a criar na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino Técnico Comercial, para funcionar no próximo ano letivo.

II — Na justificativa do plano de lei o autor do Projeto diz da importância da criação do Estabelecimento Técnico Comercial para o Município de Itambé, no que concordamos plenamente, sendo nosso parecer pela aprovação.

Sala das Comissões, em de junho de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Álvaro Dias

Arizone Araújo

Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

Meramente autorizativo não trás, o presente projeto, nenhuma implicação de ordem financeira. Somos pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Santos Lima — Relator

Maurício Fruet

Paulo Poli

Fuad Nacli

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208-70, de autoria do Dep. Silvio Barros, que declara de Utilidade Pública a Liga de Esportes de Cambé. — Parecer favorável da C.C.J. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 208-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, a Liga de Esportes de Cambé, com sede na Cidade de Cambé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1970.

(a) **Silvio Barros.**

JUSTIFICATIVA:

A Liga de Esportes, objeto dêste Plano de Lei, fundada em 15 de janeiro de 1968 além das suas atribuições relativas ao estímulo necessário e imperioso no esporte amador, apresenta-se como uma das entidades melhor organizada em nosso Estado, tendo a sua frente uma diretoria altamente motivada que por vários vizes assumiu a responsabilidade de promoções esportivas e sociais na Cidade de Cambé, qualificando-se como das mais sugestivas entidades prestadoras de serviços à comunidade.

Possui a Liga de Esportes de Cambé um numeroso quadro de associados, respondendo pelos resultados dos jogos no Estado do Paraná, bem como pelo noticiário dos mesmos.

Atendendo a formalidade exigida por Lei, juntamos ao presente Projeto de Lei, os estatutos do registro da entidade que desejamos seja elevada a condição de Utilidade Pública Estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 208-70

PROJETO DE LEI N.º 208-70

Autor: Dep. Silvio Barros.

Súmula: "Declara de utilidade pública a Liga de "Esportes de Cambé".

P A R E C E R

1.) O Projeto em questão foi elaborado atendendo ao que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) O processo respectivo foi devidamente instruído, donde se conclue que a Entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos exigidos pela legislação vigente, à espécie aplicável.

3.) A mesma Proposição não fere qualquer preceito de ordem constitucional e legal. Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu ilustre Autor.

4.) Nestas condições, somos pela sua **aprovação**.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Acyr José — Relator

Artur de Souza

Armando Queiroz

Gilberto Carvalho

Igo Losso

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 22-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo construir um Grupo Escolar no bairro de Santa Cândida, Município de Curitiba. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 22-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um Grupo Escolar

no Município de Curitiba, bairro de Santa Cândida, e que se situe na confluência da rua Leopoldo Marochi com a estrada que liga a Roça Grande.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1971.

(a) Dep. Maurício Fruet.

JUSTIFICATIVA:

Na citada região da Capital não há qualquer escola primária. A falta da mesma obriga um elevado número de crianças a se deslocar para locais muito distantes para poderem frequentar um curso primário.

Com a criação do Grupo Escolar proposto pelo projeto em tela a situação seria solucionada, razão pela qual acreditamos na aprovação deste Projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 22-71

Autor: Dep. Maurício Fruet

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo, construir um Grupo Escolar no bairro de Santa Cândida, Município de Curitiba".

I — É medida autorizativa e pelo justificado, merece acolhida, em virtude de não existir qualquer escola na localidade onde se pretende a criação e construção desta.

II — Não contraria qualquer dispositivo de ordem legal ou Constitucional.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Maurício Fruet

Igo Lessa

Gilberto Carvalho

Acyr José

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Autor: Dep. Maurício Fruet

Súmula: "Autorizando construção de Grupo Escolar".

P A R E C E R

1 — A iniciativa, por ser apenas medida autorizativa, não contraria dispositivos constitucionais ou legais, sendo de se ressaltar a sua oportunidade, uma vez que há falta de um estabelecimento escolar, do gênero, na referida localidade.

2 — O nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971.

(aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Arizone Araújo

Francisco Escorsin

Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 22-71

P A R E C E R

I — De autoria do Deputado Maurício Fruet, o Projeto de Lei em exame, visa autorizar o Poder Executivo a construir um Grupo Escolar no Município de Curitiba, no bairro de Santa Cândida.

II — Tratando-se de medida autorizatória, nosso parecer é favorável, pois somente se concretizará a construção do Grupo Escolar se houver disponibilidade orçamentária.

Sala das Comissões, em julho de 1971.

(aa) **Leopoldo Jacomet** — Presidente

Fuad Nacfi — Relator

Santos Lima

Paulo Poli

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50-71, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Beneficente "Casa de Misericórdia" da cidade de Cornélio Procopio. — Parecer favorável da C.C.J. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N. 50-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a sociedade beneficente Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1971.

(a) **Dep. Rosário Pitelli.**

JUSTIFICAÇÃO:

A entidade hospitalar, que se pretende declarar de utilidade pública nesta oportunidade, preenche os requisitos e condições exigidas pela legislação Federal, que rege a matéria, conforme se verifica dos anexos documentos de constituição e de prestação de contas das diversas diretorias.

A Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio possui os mais eficientes equipamentos hospitalares do Estado.

A Casa de Misericórdia em questão coloca-se na mesma linha de prestação de serviços de interesse social e coletivo das inúmeras outras Casas já reconhecidas por este Poder, como de utilidade pública.

Justifica-se portanto este projeto, em vista do atendimento que a Casa de Misericórdia daquela cidade, presta aos pacientes residentes não só naquele município, como também outros municípios vizinhos compreendendo: Abatiá — Santa Mariana — Bandeirantes — Congoinhas — Leopólis — Sertaneja — Nova Fátima — Assaí — Nova América da Colina — Rancho Alegre — São Sebastião da Amoreira — Santo Antonio do Paraíso — Santa Cecília do Pavão — São Jerônimo da Serra.

Relatórios de 1967 — 1968 — 1969 e 1970.

A entidade em questão preenche todos os requisitos exigidos pela legislação Federal, os quais são fundamentais para o reconhecimento da utilidade pública de associação de caráter particular.

Frisa-se que a Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio, instituída há 15 anos, em cujo período de existência sempre se houve com acerto, atendendo principalmente os doentes desfavorecidos pela sorte.

Daí o projeto que ora submetemos à apreciação e deliberação dos Senhores Deputados.

Anexo Ofício:

Atestado da Municipalidade local.

Exemplar do Estatuto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Autor: Dep. Rosário Pitelli

Súmula: "Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente "Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio".

P A R E C E R

O Projeto de Lei está devidamente instruído com farta documentação, comprobatória de funcionamento legal, através aquisição de personalidade jurídica. Seus Estatutos salientam a manutenção de leitos para pobres e indigentes, assegurando-lhe assistência hospitalar completa. Evidenciando possibilitar à população de Cornélio Procopio eficiente atendimento, demonstra finalidade altruística e humanitária, de profunda significação social, enfrentando dificuldades financeiras permanentes que evidenciam balancetes deficitários.

Estando perfeitamente instruído o Plano de Lei, concluímos, salvo melhor entendimento, que preenche os requisitos legais para a sua aprovação.

Pela aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Acyr José — Relator

Arthur de Souza

Armando Queiroz

Gilberto Carvalho

Igo Losso

Sebastião Rodrigues Júnior

Muggiati Filho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 9071, de autoria do Dep. Francisco Borsari Netto, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 90-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Passa à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1971.

(a) **Dep. Borsari Netto.**

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia, na extensão de aproximadamente 15 km., que objetivamos passar a responsabilidade do DER-PR., interliga através da PR-74 as cidades de Uraí e Rancho Alegre.

No eixo BR-269-Uraí-Rancho Alegre-Assis (SP), com trecho BR-369-Uraí asfaltado, apenas a rodovia Uraí-PR-74 não é conservada pelo DER.

Além do fato de ser grande o tráfego intermunicipal e o que demanda ao Estado de São Paulo, atualmente a citada Rodovia está sendo retificada, visando a melhoria de condições de seu traçado, o que entendemos justificar plenamente sua passagem à responsabilidade do D.E.R., que certamente apresente melhores condições para os serviços de melhoria e conservação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 90-71

Autor: Dep. Borsari Netto

Súmula: Transfere ao DER a conservação da Rodovia Uraí-PR-74.

P A R E C E R

1). Pretende-se com o presente projeto de lei passar à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74.

2). O projeto vem com justificativa que adotamos integralmente.

3). Nada a opor à normal tramitação do projeto em foco.

Sala das Comissões, 30 de junho de 1971:

(aa) **Emílio Carazzai** — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Armando Queiroz

Gilberto Carvalho

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSAO DE FINANÇAS

P A R E C E R

I — De autoria do Deputado Francisco Borsari Netto, o Projeto de lei em exame, visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74.

II — A proposição já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, e com relação ao aspecto financeiro, que é atribuição desta Comissão, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em de julho de 1971

aa) — **Leopoldo Jacomel** — Presidente.

Fuad Nacli — Relator

Santos Lima

Paulo Poli

COMISSAO DE OBRAS PUBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 90/71

AUTOR: Dep. Francisco Borsari Netto

SÚMULA: "Transfere à responsabilidade do D.E.R., para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74".

P A R E C E R

1.) O Projeto supra referido foi examinado pelas doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, nas quais recebeu pareceres favoráveis.

2.) Tem por fim a referida iniciativa, transferir à responsabilidade do D.E.R., para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74.

Referida estrada está localizada em um complexo de estradas de rodagem, sendo a única que ainda não recebeu os serviços de pavimentação asfáltica.

3.) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) — **Lázaro Dumont** — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Hélio Manfrinato

Borsari Netto.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando constituição de Comissão Especial, integrada de três membros, com a finalidade específica de estudar a criação de um instituto de previdência destinado a proporcionar ao Deputado Estadual paranaense a assistência e o amparo de que até agora carecem. Encerrada a discussão. Será votado na sessão de amanhã ..

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando transcrição nos Anais da reportagem "A Petrobrás, do Nascimento à Maioridade", publicada no jornal "Folha de Londrina. — Encerrada a discussão. Será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que o Hospital de Clínicas do Paraná seja dotado das verbas necessárias ao seu integral funcionamento. Encerrada a discussão. Será incluído na Ordem do Dia da sessão de amanhã para deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32-69;

VOTAÇÃO EM 2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 231-69;

VOTAÇÃO EM 1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 182-69; 208-70; 22-71; 50-71; 90-71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

ATA DA 5a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de setembro de um mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Lázaro Dumont, presente os Senhores Deputados Gilberto Carvalho e Francisco Borsari Netto, havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Lida a ata da sessão anterior pelo Senhor Secretário, foi a mesma aprovada sem observações. Nada constando do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI N.º 167/70 — de autoria do Senhor Deputado Abrahão Miguel, que autoriza o P.E. a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios que especifica, relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 176/70 — de autoria do Deputado Abrahão Miguel, que autoriza o P.E. a celebrar convênio com as Prefeituras Municipais de Florianópolis e Atalaia, para construção de uma ponte, na forma que especifica, relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 16-71 — de autoria do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o P.E., transferir para a responsabilidade do D.E.R., a conservação das estradas Astorga - Jaguapitã, passando pelos distritos que especifica, relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 45/71 — de autoria do Deputado Acyr José, que transfere para o D.E.R., o trecho de rodovia municipal entre Mallet, Município de Mallet, e a Barra da Potinga, Município de São Mateus do Sul, relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 77/71 — de autoria do Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o P.E. a proceder aos serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar "Prieto Martinez", com sede nesta Capital, relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 78/71 — de autoria do Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva que autoriza o P. E. proceder,

através da Secretaria dos Transportes, ao revestimento asfáltico da rodovia Arapongas — Astorga — Santa Fé — Colorado, relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 87/71** — de autoria do Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o P. E. estender da sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão Rocha, uma linha de força e luz elétrica, relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 88/71** — de autoria do Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o P. E., construir uma estrada para ligar a sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão da Rocha, relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo senhor presidente.

aa) **Lazaro Dumont** — Presidente
Roberto Diniz Satyro — Secretário